



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140771 - CE (2021/0001044-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : JAQUELINE FERREIRA GOMES (PRESA)
ADVOGADO : JÚLIO CÉSAR DA SILVA ALCÂNTARA FILHO - CE042160
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
CORRÉU : JANIEL BRANDAO DO NASCIMENTO
CORRÉU : ROZIMEIRE SILVA BRANDAO SIMAO
CORRÉU : MARCIA MARIA DE CARVALHO SILVA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JAQUELINE FERREIRA GOMES contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (*Habeas Corpus* n. 0636404-61.2020.8.06.0000).

A recorrente encontra-se presa cautelarmente desde 16/10/2019 e denunciada pela prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta a ilegalidade da prisão preventiva por excesso de prazo na formação de culpa.

Alega, ainda, o cabimento da prisão domiciliar em favor da paciente, ao argumento de que ela é mãe de uma criança com 6 anos de idade, que depende de seus cuidados.

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão preventiva ou a sua substituição por prisão domiciliar. No mérito, requer o provimento do recurso para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar.

O alegado excesso de prazo foi afastado pelo Tribunal de origem com fundamento na complexidade da ação penal, que envolve número expressivo de réus representados por advogados distintos.

Além disso, não obstante o disposto no art. 318 do Código de Processo Penal e a decisão do Supremo Tribunal Federal no HC coletivo n. 143.641/SP, consta dos autos

informação de que o filho da paciente não estava sob seus cuidados, mas sim de seu genitor, hipótese que suscita divergências na jurisprudência e que, segundo alguns julgados do STJ, pode configurar situação excepcional que justifique a negativa da pretensão de substituição da prisão preventiva por domiciliar.

Assim, por ora, é recomendável o indeferimento do pedido, reservando-se ao ministro relator e ao respectivo colegiado a análise mais aprofundada da matéria.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente